

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2016 totalizaram R\$ 3.209,80 (Três mil, duzentos e nove reais e oitenta centavos) dos quais solicitamos a Prefeitura Municipal de Uberlândia os Termos de Permissão de Uso dos Bens

Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.6.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.7 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.8 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa físicas e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância, portaria, serviços de reforma. **3.9 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT – Salário é a Contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.10 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuição Sindical. **3.11 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante desta provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador, no número de dias de férias a que já tenha direito e da apropriação do 13º salário correspondente, bem como os encargos sociais, incidentes sobre os valores objetos desta provisão, na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição **31/12/2016** **31/12/2015**
Provisão de Férias 6.292.827,55 5.376.141,06
Provisão de FGTS sobre Férias 503.226,22 430.091,28

3.12 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.13 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 31.12.2016 totalizou R\$ 125.731,14 e, em 31.12.2015, R\$ 102.051,94. **3.14 - Outras Contas a Pagar:** São valores que correspondem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. Totalizam-se em 31.12.2016, R\$ 174.771,14. **3.15 - Materiais de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2016 esses valores totalizaram R\$ 8.434,18. **3.16 - Financiamentos/Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”). O empréstimo e financiamentos abaixo representou a necessidade de capital de giro da instituição, sendo totalmente quitado durante o ano e apresentou a seguinte posição em 31.12.2016:

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Valor Solicitado	Valor em Aberto	Tarifa	Taxa	Data da Solicitação
Bradesco	Capital de Giro	794.000,00	0,00	2.100,00	1,75%	04/12/2015

3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2016 representa R\$ 12.818.939,77. **3.18 - Obrigações com Materiais de Terceiros:** O Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro possui materiais consignados no valor de R\$ 39.211,00, que integram o estoque e são reconhecidos em contas de ativo e passivo circulantes. **3.19 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19.1 - Contingências Passivas (Trabalhista/Cível):** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como “possível”, o montante chegou a R\$ 2.893.100,98 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, cem reais e noventa e oito centavos). As ações cíveis onde a possibilidade de perda era tida como “possível”, o valor apurado foi de R\$ 43.351.097,44 (quarenta e três milhões, trezentos e cinquenta e hum mil, noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme quadro abaixo:

Trabalhista			Cível		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
1.009.941,59	2.893.100,98	-	389.000,00	43.351.097,44	-

3.20- Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e

despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre “zero”. Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. No decorrer de 2016, foram recebidos R\$ 99.999,01 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e hum centavo) provenientes do ministério público, sob a forma de equipamentos, para aplicação em suas atividades operacionais. Em 2015, a entidade não recebeu doações. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício 2016, a SPDM – Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0026-40	
Convênios/Contratos	RS
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 16º 2016	21.588.218,39
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 18º 2016	8.142.710,06
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 19º 2016	4.214.415,60
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 20º 2016	16.043.749,24
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 21º 2016	15.458.765,49
Contrato de Gestão 187/2010 – TA 22º 2016	7.589.261,06
Contrato de Gestão 269/2016	12.703.024,55
Total	85.740.144,39

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com o apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1.305/10 e 1.409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1.409/12 (Item 11) e CFC 1.305/10 (Itens 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido “zero” face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016 a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 85.776.555,60 (Oitenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 91.725.979,12 (Noventa e hum milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e doze centavos). Dessa forma se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -5.949.423,52 (Cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos). A que se considerar, em relação ao resultado operacional deficitário, o fato de que os repasses não foram repassados em sua integralidade, conforme pactuados nos TA's firmados para o ano de 2016. Outro fator relevante foi que, o Hospital manteve sua demanda de atendimentos no período, se comparados a 2015, contribuindo para o aumento das despesas operacionais, o que também contribuiu significativamente para o valor deficitário em 2016. Ressaltamos que a unidade tem tomado iniciativas na redução de custos operacionais com mercadorias e serviços de terceiros, para reduzir este impacto nos próximos meses, sem prejuízos aos atendimentos e em busca do equilíbrio do contrato de gestão. **7 – Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 Ms:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados.

Produção - 2016	
Linha de Atendimento	SUS
Internações	9.847
Saída Hospitalar	11.987
Nº de paciente dia	55.783
Nº de Cirurgias	6.138
nº de Partos	3.033
Diárias de UTI - Total	12.939

...continuação

Linha de Atendimento	SUS
Internação/Atendimento Domiciliar*	224
Deferido	172
Cancelado	38
Indeferido	9
Aguardando Alta	5
Atendimento Ambulatorial - Total	23.883
Consulta médica	19.933
Atendimento não médico	3.950
HD/Cirurgia ambulatorial	1.421
SADT - Total	326.249
Tratamento Especializado	
Nefro-dialítico	1.725

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016

Linha de Contratação	Contratado	Realizado
Internações	-	9.847
Saída Hospitalar - TOTAL	14.880	11.987
HD/CIR. Ambulatorial - Total	2.160	1.421
Pronto Socorro/Prontoatendimento(Urgência/Emergência)	-	-
Consulta de urgência	-	-
Atendimento Ambulatorial - Total	28.800	23.883
Consulta médica - TOTAL	-	19.933
Atendimento não médico - TOTAL	-	3.950
SADT Externo - Total	25.248	40.586

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo Nº 25000.153024/2014-03 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social**) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício encontram-se registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 18.977.783,19. Em 02.09.2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no período de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 16.259.678,41. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 16.702.539,67. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 não houve Serviços Prestados por Terceiros Pessoas Físicas. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 1.747,37. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no período de 2016 foi de R\$ 2.718.104,78. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 2.912.892,07. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22 (Sete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e dois centavos). Em 2015 correspondeu a R\$ 16.494,05 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinco centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12).** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulantes) sendo que os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: - Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; - As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e - Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 – Seguros:** A unidade gerenciada Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro, possui em vigor, apenas contrato de seguro de vida dos colaboradores para cobertura de riscos profissionais. Devido às instalações prediais serem caracterizadas com o título de bem público, não há apólice de seguro predial em nome da entidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Uberlândia/MG, 31 de Dezembro de 2016.

Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Piritiba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P.3.2), o PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares .

tração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.

BELO HORIZONTE - MG

CNPJ 17.164.435/0001-74

03/03

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Serviços	635.333	536.884	714.357	604.556
Receitas de Locação.....	6.764	-	6.795	-
Revenda de Mercadorias..	-	3.037	190	3.037
RECEITA BRUTA	642.097	539.921	721.342	607.593
Impostos sobre Vendas e Serviços	(30.377)	(36.411)	(38.708)	(43.516)
RECEITA LÍQUIDA	611.720	503.510	682.634	564.077

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Matérias-primas e materiais de consumo	101.218	114.986	107.236	122.472
Materiais vendidos	-	191	-	191
Despesas de depreciação e amortização	14.906	14.837	18.131	14.837
Despesas com folhas de pagamento	231.616	152.625	274.891	188.891
Despesas com aluguéis e estrutura	94.365	43.750	100.352	46.635
Despesas manutenção e contrat. serviços.....	110.134	102.798	114.466	108.549
Provisão de Custos	-	7.802	-	7.802
Despesas de viagens.....	7.145	4.258	7.145	4.258
Impostos, taxas e encargos	901	632	901	632
Desp. com energia elétrica	1.200	765	1.200	765
Outros.....	3.391	2.401	3.391	4.420
TOTAL	564.876	445.045	627.713	499.452
Custo das Obras e Serviços	533.603	421.093	590.453	471.501
Gerais e administrativas...	31.273	23.952	37.260	27.951
TOTAL	564.876	445.045	627.713	499.452

20. RESULTADO FINANCEIRO - O resultado financeiro é composto basicamente por:

Controladora	31/12/2016			31/12/2015		
	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa.....			86.352			62.587
Contas a Receber de Clientes.....			106.794			125.098
Partes Relacionadas			23.306			27.328
Instrumentos finan. Derivativos	-	-	-	1.613	-	-
TOTAL	-	216.452	-	1.613	215.013	-
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos			74.739			149.105
Fornecedores.....			26.150			54.537
Partes Relacionadas			4.543			23.611
Instrumentos finan. Derivativos	18	-	-	-	-	-
TOTAL	18	-	105.432	-	-	227.253

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da Empresa Construtora Brasil S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S.A. ("Sociedade"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais* - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos a), b), e c), e pelos possíveis efeitos do assunto d) descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas* - Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Empresa Construtora Brasil S.A. e suas controladas. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas. **Base para opinião com ressalvas no individual e para abstenção de opinião no consolidado** - a) A Companhia possui contas a receber de clientes vencidos há mais de dois anos, no valor de R\$30.934 mil para o qual não foi constituído provisão para perdas em razão de que a administração entende ser realizável, conforme nota explicativa nº 6. Entretanto, entendemos a existência de perdas no valor recuperável do ativo. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 patrimônio líquido da Companhia está a maior em R\$20.416 mil líquidos de impostos (R\$20.416 mil líquidos de impostos em 31 de dezembro de 2015). b) De acordo com o Código Civil Brasileiro e com termos contratuais, a Companhia deve garantir a qualidade técnica das obras executadas por um período de 5 anos contados a parti-

RECEITA FINANCEIRA	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros de aplicação financeira.....	4.104	922	4.185	954
Variação Cambial.....	2.773	-	2.787	12
Descontos Obtidos	237	-	237	-
Swap.....	610	1.613	610	1.613
Outros.....	368	284	544	291
TOTAL	8.092	2.819	8.362	2.870

DESPESA FINANCEIRA	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Swap.....	(1.632)	-	(1.632)	-
Juros emp. e Financiamentos	(12.169)	(13.747)	(13.908)	(15.087)
Variação Cambial.....	(1.446)	(2.310)	(1.446)	(2.310)
Descontos Concedidos	(2.845)	-	(3.372)	(1.713)
Despesas Bancárias	(1.102)	-	(1.107)	-
Outros.....	(2.022)	(2.148)	(2.882)	(2.746)
TOTAL	(21.216)	(18.205)	(26.347)	(21.856)

21. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do grupo. a) Gestão de Risco de Capital - A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados nas notas explicativas nº 13, deduzidos pelo caixa e saldos bancários, detalhados nas notas explicativas nº 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado nas notas explicativas nº 15).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos	74.739	149.105	90.871	161.353
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.352	62.587	97.062	65.158
Dívida Líquida ("DL")	(11.613)	86.518	(6.192)	96.195
Patrimônio Líquido ("PL")	142.017	127.180	146.755	129.488
DL/PL	-8%	68%	-4%	74%

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2016		Consolidado		31/12/2015	
	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado	Mantido para negociação mens. ao valor justo	Empréstimos e Recebíveis	Passivo fina. mensurado ao custo amortizado
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa.....			97.062			65.158
Contas a Receber de Clientes.....			125.098			252.529
Partes Relacionadas			13.178			25.314
Instrumentos finan. Derivativos	-	-	-	1.613	-	-
TOTAL	-	235.338	-	1.613	343.001	-
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos			90.871			161.353
Fornecedores.....			52.977			57.086
Partes Relacionadas			4.543			2.684
Instrumentos finan. Derivativos	18	-	-	-	-	-
TOTAL	18	-	148.391	-	-	221.123

b) Valor justo dos instrumentos financeiros - A Companhia possui instrumentos financeiros, contratos de swaps de taxa de juros, contratados pelo Banco Santander para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio, no ano de 2016 a Companhia registrou uma perda potencial, mensurado a valor justo, no montante de R\$ 18. c) Gestão do risco de taxa de juros - A Empresa está exposta a riscos relacionados a taxas de juros, obtém empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas e aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI. A composição dos ativos e passivos indexados por taxas de juros pré-fixados e por CDI estão demonstrados nas notas explicativas nº 5 (aplicações financeiras) e nº 13 (empréstimos e financiamentos). A Administração da Empresa monitora estas transações para minimizar eventuais impactos decorrentes da flutuação das taxas. d) Análise de sensibilidade - A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na análise as taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2017				
		2016 Cenário Atual %	Cenário Base %	Cenário I - 50%	Cenário II -25%	Cenário III + 25%
CDI	Aumento (redução) da cotação CDI	13,63	11,13	5,57	8,35	13,91
TJLP	Aumento (redução) da cotação TJLP	7,50	7,00	3,50	5,25	8,75
• Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do período de 31/12/2016. • Cenário Base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 19 de abril de 2017, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até a data de aprovação destas demonstrações financeiras. • Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50%. A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:						
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		40.482	43.316	41.800	42.558	44.074
Financiamento ativo fixo	TJLP	26.613	29.575	27.929	28.752	30.398
Capital de giro	CDI	67.095	72.891	69.729	71.310	74.472
			(5.796)	3.162	1.581	(1.581)
Aplicações Financeiras	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		75.872	84.317	79.624	81.970	86.663
Operações		75.872	84.317	79.624	81.970	86.663
Compromissadas	CDI		8.445	(4.692)	(2.346)	2.346
			2.649	(1.530)	(765)	765

22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 25 de abril de 2017, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração
José Lúcio Rezende Filho
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Eduardo Costa Simões
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Luís José Donas Boto Vaz Pato
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

DIRETORIA

Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha - Diretor Presidente
Luís José Donas Boto Vaz Pato - Diretor Vice-Presidente
Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga - Diretor Financeiro
Gilberto Tavares dos Santos - Diretor de Operações
Manuel António Mendes Teixeira - Diretor de Operações

Contador Responsável:
Thais Nery Assunção - CRC MG 111456

cício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 17 de fevereiro de 2016 com ressalva relacionada à necessidade ou não de contabilizar provisão para eventual perda na realização de contas a receber de clientes no valor de R\$19.915 mil sobre os quais foram contabilizadas provisões no valor de R\$ 6.829 mil para os encargos tributários incidentes. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
José Ricardo Faria Gomez
Contador - CRC-ISP 218.398/O-1 T-MG

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro

CNPJ nº 61.699.567/0026-40

ERRATA

Nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2015 e publicadas no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 29.04.2016 (páginas 31 a 33), os saldos divulgados na conta do Ativo Circulante 1.1.2.1.998 – Valores em Negociação Contrato/convenção em 31.12.2015 somavam R\$ 4.208.625,54; em contrapartida da conta do Passivo (Convênios/Contratos Públicos a Realizar), com saldo de R\$ 40.061.552,82. Tal equívoco não afetou as demonstrações consolidadas da SPDM em 31.12.2015; tratando-se apenas de equívoco na divulgação dos saldos da unidade gerenciada. Em consequência, a instituição tomou nota do ocorrido e ONDE SE LÊ:

	Valores em R\$ Dezembro 2015	Valores em R\$ Dezembro 2014
ATIVO CIRCULANTE	73.513.871,60	42.447.805,92
Contas a Receber	71.601.309,81	37.846.366,14
Valores a Receber – Prefeitura Municipal de Uberlândia (nota 3.3.1)	54.916.240,24	23.220.431,76
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	12.476.444,03	10.417.308,84
Valores em Negociação – Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	4.208.625,54	4.208.625,54
TOTAL DO ATIVO	75.542.523,98	44.751.427,23
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	71.523.982,38	42.260.491,12
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.18)	40.061.552,82	10.400.354,78
TOTAL DO PASSIVO	75.542.523,98	44.751.427,23

3.3.3 – Valores em Negociação Contrato/Convênio

Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contado modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma.

3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar

De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2015 representa R\$ 40.061.552,82.

promoveu as devidas correções nos balanços individuais do HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DR. ODELMO LEÃO CARNEIRO; não somente nas demonstrações contábeis (Ativo e Passivo) em 31.12.2015, como também, em nota explicativa das demonstrações contábeis em 31.12.2016, em decorrência do saldo que seria apresentado no (saldo anterior) do exercício subsequente. Por fim, a unidade gerenciada efetuou as devidas retificações nas Notas Explicativas 3.3.3 – Valores em Negociação Contrato/Convênio e 3.18 – Contrato/Convênio Público, respectivamente, envolvidas na correção.

LEIA-SE:

	Valores em R\$ Dezembro 2015	Valores em R\$ Dezembro 2014
ATIVO CIRCULANTE	69.305.246,06	42.447.805,92
Contas a Receber	67.392.684,24	37.846.366,14
Valores a Receber – Prefeitura Municipal de Uberlândia (nota 3.3.1)	54.916.240,24	23.220.431,76
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	12.476.444,03	10.417.308,84
Valores em Negociação – Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	0,00	4.208.625,54
TOTAL DO ATIVO	71.333.898,44	44.751.427,23
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	67.315.356,84	42.260.491,12
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.18)	35.852.927,28	10.400.354,78
TOTAL DO PASSIVO	71.333.898,44	44.751.427,23

3.3.3 – Valores em Negociação Contrato/Convênio

Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contado modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma.

3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar

De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31.12.2015 representa R\$ 35.852.927,28.

344 cm - 27 955135 - I

MBK Securitizadora S.A.

CNPJ 15.688.041/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.444	8.030
Impostos a recuperar	5	32.562	32.176
Total do ativo circulante		39.006	40.206
Total do ativo		39.006	40.206
PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Fornecedores.....		6.646	-
Obrigações tributárias		254	231
Adiantamentos		15.553	9.329
Total do passivo circulante		22.453	9.560
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito		180.000	130.000
Capital a integralizar		(33.646)	(5.400)
Prejuízos acumulados		(129.801)	(93.954)
Total do patrimônio líquido	6	16.553	30.646
Total do passivo		39.006	40.206

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 3